



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2024

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Morrinhos, situado na Rua Senador Hermenegildo, Nº 160, Centro, na cidade Morrinhos - GO, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA, na forma ELETRÔNICA, regime de execução por menor preço global**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2024028698

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

FONTE DE RECURSOS: Próprio e Emenda Impositiva Municipal nº 043, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054 e 055/2024.

OBJETO: a presente Concorrência tem por objeto a contratação de empresa para execução dos serviços, **sob o regime de empreitada por preço global**, para construção do Centro de Diagnóstico por Imagem de Morrinhos-Goiás (CEDIM), com a seguinte localização geográfica: 17º 73' 06" Latitude Sul e 49º 11' 96" Longitude Oeste, nesta cidade, conforme especificação técnica contida no memorial descritivo, projetos, ETP, projeto básico e exigências estabelecidas neste Edital.

A licitação será realizada em um único item.

Modo de disputa: ABERTO, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00m do dia 20/12/2024 às 08h29m do dia 15/12/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: início 08h30m do dia 15/12/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC: www.bnc.org.br “Acesso Identificado”

A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.

As proponentes são responsáveis pelo exame criterioso das condições de execução do objeto deste edital, ficando cientes de que o Município de Morrinhos-GO poderá aplicar as sanções previstas neste edital e anexos, em cumprimento ao disposto no Capítulo I - Das Infrações e das Sanções Administrativas - do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

A simples participação no certame implica:

- Aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital de concorrência;
- Que o prazo de validade da proposta comercial é de, no mínimo, 90 (noventa) dias;
- Aceitação das condições estabelecidas no Projeto Básico e Termo de Contrato vinculado ao presente Edital.

As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes, e serão objeto de divulgação nos mesmos termos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

prazos dos atos e procedimento originais, exceto, quanto aos prazos, quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.

1. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.3 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.5 Não poderão disputar esta licitação:

1.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

1.6.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O impedimento de que trata o item 1.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.6.2 e 1.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.9 O disposto nos itens 1.6.2 e 1.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

1.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.11 A vedação de que trata o item 1.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

2.1.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

2.1.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 2.1 deste Edital.

2.1.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

2.2 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.3 O seguro-proposta tem por objetivo garantir que a empresa vencedora da licitação irá assinar o contrato, mantendo o preço e as condições propostas.

2.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 2.1.4 ou 2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

2.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

2.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

2.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

2.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

às seguintes regras:

2.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

2.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

2.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

2.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

2.12 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

2.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

2.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

2.16. As certidões, atestados e outros documentos comprobatórios devem ser emitidos pelas autoridades e órgãos competentes e estar dentro do prazo de validade até a data prevista para abertura das propostas, indicada no preâmbulo deste Edital.

2.16.1. Caso os documentos para habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.

3. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1 valor unitário e total global;

3.1.2 marca;

3.1.3 fabricante;

3.1.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

3.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

3.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

4.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

4.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

4.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

4.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

4.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

4.12 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 02 (dois) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

de lances.

4.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

4.12.4 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.15 No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva de licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

4.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.20 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.20.1 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.20.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.21.2 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.21.3 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.21.4 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.21.5 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.21.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.21.6.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.21.6.2 empresas brasileiras;

4.21.6.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.21.6.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.22.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.22.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.22.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

4.23 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.24 O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, envie a proposta adequada (planilha orçamentária) ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.25 É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.26 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.7 deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

5.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1 conter vícios insanáveis;

5.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

5.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.8.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.8.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.8.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas MANIFESTAMENTE inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.8.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.11 Ressalta-se que PLANILHA REALINHADA significa a readequação do valor inicial constante da proposta enviada, devendo ser utilizado um desconto proporcional ponderado a cada item ofertado, a fim de que tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final.

5.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14 Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

5.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no município.

6.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou autenticada por órgão competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).

6.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.8 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.8.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado (64) 3417-2141 junto ao setor de engenharia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.8.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.8.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Certificado de Registro Cadastral – CRC e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

6.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

6.9.2 As empresas licitantes que optarem ou que quiserem fazer uso do CRC – Certificado de Registro Cadastral para facilitar e equacionar o envio de documentos poderão se cadastrar junto à Licitadora, mediante o envio dos documentos listados dos item 8.14 a 8.31 do projeto básico constante no Anexo I, no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores a data designada para a realização da Sessão Pública pelo seguinte endereço eletrônico: crc-prefeitura@morrinhos.go.gov.br e telefone: (64)3417-2013.

6.10 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

6.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.11 A verificação do Certificado de Registro Cadastral – CRC ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

6.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 5.10.1

6.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

6.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DOS RECURSOS

7.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

7.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://bnc.org.br/>.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

8.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

8.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após anegociação;

8.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

8.1.2.4 deixar de apresentar amostra; ou

8.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5 fraudar a licitação

8.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.2 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

8.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1 advertência;

8.2.2 multa;

8.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

8.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1 Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

8.4.2 Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 a multa será de 15% a 30% do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, n.º 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

valor do contrato licitado.

8.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://bnc.org.br/>.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.7 PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na entidade competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, constando, em ambos os casos, documento com a última alteração social, ou;
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, constando documento com a última alteração social; ou,
 - d) Os Microempreendedores Individuais deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.
- 9.5.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.8. PARA FINS DE HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame licitatório;
- c) Certificado de regularidade do FGTS-CRF;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida da União expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativa à sede ou domicílio do licitante.

9.9 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

9.9.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.9.2 A boa situação financeira da empresa terá por base a verificação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, considerando que todos devem ser iguais ou superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.9.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social mínimo ou valor do patrimônio líquido, através de certidão da junta comercial com data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura das propostas ou balanço patrimonial, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.9.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.9.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.9.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil.

9.9.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.9.8 Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Certidão de Registro da empresa.

10.2 Certidão de Registro da equipe técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/CAU, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

10.3 Comprovação do licitante de possuir em seu quadro, profissionais de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, como responsável técnico da empresa, comprovada o seu vínculo com a empresa por meio de uma das seguintes formas: cópia de carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social do licitante (para sócios), cópia do contrato de prestação de serviço ou declaração de contratação futura do profissional detentor do(s) atestado(s) apresentado(s), acompanhado da anuência deste.

10.4 Capacitação Técnica Profissional comprovada pela licitante de ter executado a qualquer tempo, nos seguintes serviços: **CÓDIGO 061101** → FORRO EM LAJE PRÉ MOLDADA INC. CAPEAMENTO/FERR. DISTRIB. /ESCORAMENTO E FORMA E DESFORMA, **CÓDIGO 100160** → ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ 15x30x10cm, **CÓDIGO 200499** → REBOCO PAULISTA A-14 (1CALH:4ARMLC+100kgCI/M3), em nome do responsável técnico compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidões de acervo técnico e/ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU, conforme Resolução CONFEA nº 1.025/2009.

10.5 O Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá ser confeccionado em papel timbrado, contendo o CNPJ, indicação de endereço da sede legal, do telefone para contato e a assinatura do representante legal da empresa emitente.

10.6 Atestado de visita, expedido pelo Órgão licitador, que deverá ser efetuada pela empresa interessada através de um Profissional de nível superior, Responsável Técnico da licitante, devidamente credenciado, pertencente ao seu quadro permanente, com atribuições profissionais conforme descrito na Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, munido dos documentos necessários à comprovação das condições exigidas, registrado como tal no CREA/CAU da jurisdição da sede da mesma, com as atribuições de visitar o local da obra e serviços objeto deste Edital, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, sendo o atestado assinado pelo Engenheiro da Prefeitura e o responsável da empresa ou Declaração Formal, emitida pelo licitante, informando que tem plenos conhecimentos das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará tal situação para quaisquer questionamentos futuros.

10.7 A visita técnica ao local das obras poderá ser realizada desde a publicação do edital até o **dia útil antecessor** à data prevista para a sua abertura, no horário de expediente da área Administrativa da Prefeitura Municipal e demais dependências (das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), sendo esta acompanhada pelo Engenheiro responsável do órgão licitador, que, ao final, emitirá e assinará o atestado especificado no Anexo X. As empresas interessadas devem agendar a inspeção, por meio do telefone (64) 3417-2141.

10.8 A vistoria prévia objetiva possibilitar a inspeção do local da prestação dos serviços, de modo a obter, para sua própria utilização e por exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para a elaboração da proposta.

11. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

11.2 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

12. DAS DESCRIÇÕES DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

12.2 O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

12.3 No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

12.4 Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

12.5 Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

12.6 Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

12.7 Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

12.8 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

13.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> e <https://www.morrinhos.go.gov.br>

13.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.12.1 ANEXO I – Projeto básico;
- 13.12.2 ANEXO II - Memorial descritivo;
- 13.12.3 ANEXO III – Composição de BDI;
- 13.12.4 ANEXO IV - Planilha orçamentária;
- 13.12.5 ANEXO V - Cronograma físico-financeiro;
- 13.12.6 ANEXO VI – Memorial de cálculo;
- 13.12.7 ANEXO VII – Projetos;
- 13.12.8 ANEXO VIII - Modelo de declaração de declarações unificadas;
- 13.12.9 ANEXO IX - Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte;
- 13.12.10 ANEXO X - Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção;
- 13.12.11 ANEXO XI – Termo de vistoria técnica;
- 13.12.12 ANEXO XII – Declaração de opção por não realizar a vistoria técnica;
- 13.12.13 ANEXO XIII - Declaração de subempreita;
- 13.12.14 ANEXO XIV – Modelo de proposta de preços;
- 13.12.15 ANEXO XV – Minuta do contrato.

Morrinhos, 18 de dezembro de 2024.

PAULO GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO I PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024028698

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços para a Construção do Centro de Diagnóstico por Imagem de Morrinhos-Goiás (CEDIM), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em Morrinhos - GO, nos termos, especificações e quantitativos estabelecidos na tabela abaixo, conforme condições e exigências neste instrumento.



Hospital Municipal de Morrinhos – HMM



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

2. ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1.00		SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.01	21301	PLACA DE OBRA PLOTADA EM CHAPA METÁLICA 26, AFIXADA EM CAVALETES DE MADEIRA DE LEI (VIGOTAS 6X12CM) - PADRÃO GOINFRA	m2	6,00	386,74	2.320,44
1.02	250101	ENGENHEIRO - (OBRAS CIVIS)	H	160,00	96,79	15.486,40
1.03	250102	MESTRE DE OBRA - (OBRAS CIVIS)	H	480,00	47,17	22.641,60
1.04	250112	ADMINISTRATIVO DE OBRAS - (OBRAS CIVIS)	H	640,00	22,00	14.080,00
1.05	20701	LOCAÇÃO DE OBRA COM EXECUÇÃO DE GABARITO	m2	277,06	5,07	1.404,69
1.06	20200	FERRAMENTAS	m2	277,06	7,39	2.047,47
1.07	20210	BARRACÃO DE OBRAS C/ INST. ELÉT E HIDROS.	m2	7,50	274,19	2.056,43
TOTAL ITEM 1.00						60.037,03
2.00		SERVIÇO EM TERRA				
2.01	41004	ESCAVAÇÃO MECANIZADA	m3	41,56	2,25	93,51
2.02	41005	CARGA MECANIZADA	m3	138,53	1,65	228,57
2.03	41003	ATERRO INTERNO S/ APILOAM. C/ TR. EM CARRINHO MÃO	m3	138,53	29,24	4.050,62
2.04	40905	APILOAMENTO MECÂNICO	m2	277,06	0,46	127,45
TOTAL ITEM 2.00						4.500,15
3.00		FUNDAÇÕES				
3.01	50302	ESTACA À TRADO DIAM. 30cm S/ FERRO	m	11,66	72,33	843,57
3.02	52005	AÇO CA-50A - 10,0 MM (3/8")	kg	339,17	10,69	3.625,69
3.03	52014	AÇO CA-60A - 5.0 MM	kg	110,58	11,77	1.301,53
3.04	51030	PREPARO C/ BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL CONCRETO Fck25MPa (ESTACAS)	kg	21,96	526,19	11.556,62
3.05	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL CONCRETO (BLOCOS)	m3	10,31	52,04	536,53



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

3.06	52004	AÇO CA-50A - 8,0 MM (5/16")		kg	380,00	10,87	4.130,60
3.07	51032	CONCRETO USINADO CONVENCIONAL FCK=25 MPA COM TRANSPORTE MANUAL (O.C.)		kg	8,62	609,16	5.250,96
3.08	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL CONCRETO (BALDRAMES)		m3	8,62	52,04	448,58
3.09	51009	FORMA TABUA PINHO PARA FUNDAÇÕES (BALDRAMES E BLOCOS) U=3V		m²	69,67	79,31	5.525,26
3.10	52005	AÇO CA-50A - 10,0 MM (3/8")		kg	466,40	10,69	4.985,82
3.11	AG- 052014	AÇO CA-60A - 5.0 MM		kg	118,60	11,77	1.395,92
TOTAL ITEM 3.00							39.601,09
4.00		ESTRUTURA (VIGAS, PILARES E LAJES)					
4.01	60517	PREPARO CONCRETO Fck25MPa C/ BETONEIRA (VIGAS E PILARES)		m3	21,90	526,19	11.523,56
4.02	60801	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO CONCRETO VIGAS/PILARES		m3	21,90	52,04	1.139,68
4.03	60314	AÇO CA-60A - 5.0 MM		kg	642,10	11,77	7.557,52
4.04	60304	AÇO CA-50A - 8,0 MM (5/16")		kg	187,50	10,87	2.038,13
4.05	60305	AÇO CA-50A - 10,0 MM (3/8")		kg	1.970,10	10,69	21.060,37
4.06	60306	AÇO CA-50A - 12,5 MM (1/2")		kg	29,80	11,59	345,38
4.07	60212	FORMA CH. COMPENSADA PLASTIFICADA 12MM (VIGA/PILAR) U=3V		m²	67,10	104,54	7.014,63
4.08	61101	FORRO EM LAJE PRÉ MOLDADA INC. CAPEAMENTO/FERR. DISTRIB. /ESCORAMENTO E FORMA E DESFORMA		m2	277,06	123,52	34.222,45
4.09	60524	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK=25 MPa (O.C.) - LAJES		m3	19,30	594,91	11.481,76
4.10	60800	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/AENSAMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL EM ESTRUTURA - (O.C.) - LAJES		m³	19,30	54,81	1.057,83
4.11	60204	FORMA CH. COMPENSADA 17MM PLÁST. U=4V		m2	68,53	94,84	6.498,91



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

TOTAL ITEM 4.00						103.940,22
5.00		INSTALAÇÃO ELÉTRICA				
5.01	70509	CABO EPR/XLPE (90°C) 1KV - 10mm²	m	110,00	12,29	1.351,90
5.02	70544	CABO DE COBRE NU - 50mm²	m	20,00	45,52	910,40
5.03	72170	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR EM PVC CB-12E - 80 A	un	1,00	146,29	146,29
5.04	71184	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (D.P.S.) 275V	un	1,00	102,10	102,10
5.05	71173	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 10 A 35-A	un	13,00	94,26	1.225,38
5.06	71193	ELETRODUTO FLEXÍVEL DIAM. 20MM	un	320,00	8,75	2.800,00
5.07	71291	FIO ISOLADO PVC 750 V - Nº 2,5mm²	m	275,00	4,55	1.251,25
5.08	71292	FIO ISOLADO PVC 750 V - Nº 4,0mm²	m	429,00	7,04	3.020,16
5.09	71492	ISOLADOR ROLDANA PVC GRANDE	un	30,00	8,59	257,70
5.10	70691	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4"x2"x2"	m	64,00	8,65	553,60
5.11	70680	CAIXA SEXTAVADA 3"x3"	m	25,00	8,90	222,50
5.12	71649	LUMINÁRIA PAFLON LED QUADRADA DE EMBUTIR 30 W 40 X 40 CM (MEDIDAS APROXIMADAS) INCLUSO CORTE NO FORRO	un	25,00	124,08	3.102,00
5.13	71598	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS	un	10,00	26,65	266,50
5.14	72570	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V	un	50,00	23,99	1.199,50
5.15	71440	INTERRUPTOR SIMPLES (01 SEÇÃO)	un	14,00	17,74	248,36
5.16	70710	CAIXA PASSAGEM 30x30x40 C/ TAMPA E DRENO BRITA.	un	1,00	156,35	156,35
5.17	71381	HASTE COPPERWELD 5/8" x 3,00 M C/ CONECTOR	un	3,00	150,25	450,75
5.18	71330	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10,00 m	un	10,00	13,81	138,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

TOTAL ITEM 5.00						17.402,84
6.00		INSTALAÇÃO HIDRO-SANITÁRIA E PLUVIAL				
6.01	81003	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	m	80,00	8,59	687,20
6.02	81006	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 50 mm	m	30,00	21,98	659,40
6.03	81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 mm	un	40,00	8,13	325,20
6.04	81324	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL 50 mm (MARROM)	un	10,00	17,46	174,60
6.05	81405	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 50 mm	un	5,00	24,11	120,55
6.06	81402	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 mm	un	20,00	8,97	179,40
6.07	81424	TE REDUÇÃO 90 GRAUS SOLDÁVEL 50 x 25mm	un	15,00	23,19	347,85
6.08	81440	TE REDUCAO 90 GRAUS SOLD.C/ROSCA 25X25X1/2"	un	15,00	14,21	213,15
6.09	81663	CORPO CX. SIFONADA DIAM. 150x150x50	un	7,00	45,07	315,49
6.10	81696	PROLONGAMENTO CX. SIFONADA 150 mm	m	7,00	61,51	430,57
6.11	82051	GRELHA QUADRADA BRANCO DIAM. 150 mm	un	7,00	13,80	96,60
6.12	80590	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR OVAL MÉDIA	un	5,00	118,26	591,30
6.13	80556	LIGAÇÃO FLEXÍVEL PVC DIAM. 1/2" (ENGATE)	un	12,00	13,87	166,44
6.14	80561	SIFÃO P/ LAVATÓRIO PVC DIAM. 1"x1.1/2"	un	6,00	25,64	153,84
6.15	80570	TORNEIRA P/ LAVATÓRIO DIAM. 1/2"	un	6,00	72,00	432,00
6.16	80580	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO PVC DIAM. 1"	un	6,00	83,27	499,62
6.17	80503	VASO SANITÁRIO PARA PCD SEM ABERTURA FRONTAL (1ª LINHA)	un	2,00	806,39	1.612,78
6.18	80510	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO	cj	2,00	18,47	36,94
6.19	80520	CONJ. FIXAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO (par)	un	2,00	17,68	35,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

6.20	80514	TUBO DE LIGAÇÃO PVC CROMADO 1.1/2" / ESPUDE - (ENTRADA)		un	12,00	43,12	517,44
6.21	80515	VÁLVULA DE DESCARGA - CROMADA		un	2,00	288,79	577,58
6.22	80686	CUBA INOX 56x34x17cm E=0,6mm - aço 304 (Cuba nº 2)		un	2,00	239,77	479,54
6.23	80672	SIFÃO P/ PIA CROMADO 1.1/2"x2"		un	2,00	47,98	95,96
6.24	80656	TORNEIRA P/ PIA DIAM. 1/2" e 3/4" DE MESA - BICA MÓVEL		un	12,00	156,66	1.879,92
6.25	80680	VÁLVULA P/ PIA TIPO AMERICANA DIAM. 3.1/2" (metal)		un	6,00	64,76	388,56
6.26	80693	TANQUE (PANELÃO) INOX 60x70x40cm		un	5,00	2.319,79	11.598,95
6.27	80810	TORNEIRA DE PAREDE P/ TANQUE DIAM. 1/2" e 3/4"		un	5,00	85,51	427,55
6.28	80820	SIFÃO P/ TANQUE 1"x1.1/2" - PVC		un	5,00	26,90	134,50
6.29	80821	TUBO DE DESPEJO P/ VÁLVULA (pia/tanque)		un	5,00	20,16	100,80
6.30	80830	VÁLVULA P/ TANQUE METÁLICA DIAM. 1" S/ LADRÃO		un	5,00	33,19	165,95
6.31	82301	TUBO SOLDÁVEL P/ ESGOTO DIAM. 40 mm		m	25,00	15,83	395,75
6.33	82303	TUBO SOLDÁVEL P/ ESGOTO DIAM. 75 mm		m	30,00	33,57	1.007,10
6.34	82304	TUBO SOLDÁVEL P/ ESGOTO DIAM. 100 mm		m	36,00	36,63	1.318,68
6.35	81935	JOELHO 90 GRAUS DIAM. 40 mm		un	6,00	13,84	83,04
6.36	81921	JOELHO 45 GRAUS DIAM. 40 mm		un	5,00	13,49	67,45
6.37	81936	JOELHO 90 GRAUS DIAM. 50 mm		un	8,00	14,35	114,80
6.38	81922	JOELHO 45 GRAUS DIAM. 50 mm		un	8,00	14,93	119,44
6.39	81938	JOELHO 90 GRAUS DIAM. 100 mm		un	4,00	27,26	109,04
6.40	81924	JOELHO 45 GRAUS DIAM. 100 mm		un	4,00	26,81	107,24
6.41	82201	TE 90 GRAUS DIAMETRO 40 MM - ESGOTO		un	3,00	14,68	44,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

6.42	82230	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 MM		un	2,00	16,11	32,22
6.43	82235	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 MM		un	2,00	29,42	58,84
6.44	81975	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 100 MM		un	2,00	44,47	88,94
6.45	81066	ADAPTADOR CURTO SOLD. 25x3/4"		un	12,00	4,64	55,68
6.46	81058	ADAPTADOR PVC SOLD. C/ FLANGE P/ CX. D`ÁGUA 50X1 1/2"		un	12,00	32,04	384,48
6.47	81069	ADAPTADOR CURTO SOLD. 50X1 1/2"		un	12,00	10,86	130,32
6.48	80906	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 2"		un	6,00	242,09	1.452,54
6.53	81861	CAIXA D`ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS C/ TAMPA		un	1,00	509,32	509,32
6.54	81888	TORNEIRA BÓIA 3/4"		un	1,00	59,87	59,87
6.55	81825	CAIXA DE PASSAGEM 60x60 CM SEM TAMPA		un	6,00	469,63	2.817,78
6.56	81826	TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25MPa E=5CM P/ CX DE PASSAGEM 60x60CM		un	6,00	71,27	427,62
6.57	81846	CAIXA DE GORDURA E INSPEÇÃO EM PVC/ABS 19 LITROS COM TAMPA E PORTA TAMPA E CESTO LIMPEZA REMOVÍVEL		un	3,00	318,49	955,47
6.58	81502	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G		un	5,00	8,95	44,75
6.59	80532	PORTA PAPEL HIGIÊNICO EM METAL/ACABAMENTO CROMADO		un	2,00	52,29	104,58
6.60	80733	PORTA TOALHA EM HASTE CURTA EM METAL/ACAB. CROMADO		un	8,00	66,44	531,52
6.61	80741	SABONETEIRA EM METAL/ACABAMENTO CROMADO		un	8,00	42,69	341,52
TOTAL DO ITEM 6.00							34.807,07
7.00		ALVENARIA					
7.01	100160	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ 15x30x10cm		m2	574,61	55,59	31.942,57
7.02	60010	VERGA/CONTRAVERGA EM CONCRETO ARMADO FCK = 20 MPA		m3	2,31	2.660,99	6.159,86
TOTAL DO ITEM 7.00							38.102,43



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

8.00		IMPERMEABILIZAÇÃO				
8.01	120902	IMPERMEABILIZAÇÃO VIGAS BALDRAMES/ARRIMO E=2,0CM	m2	25,20	36,16	911,23
TOTAL ITEM 8.00						911,23
9.00		ESTRUTURA METÁLICA				
9.01	150205	ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO TIPO AR-350 A572 G50 COM FUNDO ANTICORROSIVO	kg	474,06	19,21	9.106,75
TOTAL ITEM 9.00						9.106,75
10.00		COBERTURA				
10.01	160971	COBERTURA COM TELHA TERMOACÚSTICA TRAPEZOIDAL NÚCLEO PIR 30 MM EM AÇO GALVALUME, #0,43MM (TELHA/FILME)	m2	59,74	217,67	13.003,61
10.02	160501	COBERTURA COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO	m²	217,32	45,05	9.790,27
10.03	160602	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA	m	53,88	39,35	2.120,18
10.04	160601	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO / 50 CM C/ ACES.	m	18,72	62,82	1.175,99
TOTAL ITEM 10.00						26.090,04
11.00		ESQUADRIAS				
11.01	180507	PORTA DE CORRER DE 02 OU 04 FOLHAS DE VIDRO (METADE FIXA/ METADE MÓVEL) C/BASCULA SUPERIOR PF-7/PF-8 C/ FERRAGENS	m2	7,50	349,30	2.619,75
11.02	180123	PORTA ABRIR ALUMÍNIO, 01 FOLHA COM VIDRO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA - INCLUSO FERRAGENS (M.O. FAB.INC.MAT.) 90X210CM	m2	18,90	808,76	15.285,56
11.03	180490	PORTA DE ABRIR DE 01 FOLHA EM CHAPA VINCADA PF-1A C/ FERRAGENS	m2	3,78	592,68	2.240,33
11.04	170111	PORTA LISA COM PORTAL E ALISAR SEM FERRAGENS	un	4,00	807,03	3.228,12
11.05	170015	PORTAL (INCLUSO ENCHIMENTO COM ALVENARIA)	jg	4,00	381,74	1.526,96
11.06	170117	FOLHA DE PORTA COM REVESTIMENTO MELAMÍNICO	un	4,00	951,15	3.804,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

11.07	180122	JANELA MÁXIMO AR EM ALUMÍNIO, 02 FOLHAS DE VIDRO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA - INCLUSO FERRAGENS (M.O. FAB.INC.MAT.)	m2	4,69	900,98	4.225,60
11.08	180120	JANELA DE CORRER EM ALUMINIO, 02 FOLHAS DE VIDRO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA - INCLUSO FERRAGENS (M.O.FAB.INC.MAT.)	m2	1,60	758,40	1.213,44
TOTAL ITEM 11.00						34.144,36
12.00		VIDROS				
12.01	190201	VIDRO TEMPERADO E=10 MM COLOCADO (PORTAS E JANELAS)	m2	6,29	447,24	2.813,14
TOTAL ITEM 12.00						2.813,14
13.00		REVESTIMENTO DE PAREDES/TETO				
13.01	200101	CHAPISCO COMUM	m2	1.149,22	6,02	6.918,30
13.02	200201	EMBOÇO (1CI:4 ARML)	m2	116,63	24,06	2.806,12
13.03	200499	REBOCO PAULISTA A-14 (1CALH:4ARMLC+100kgCI/M3)	m2	1.032,59	30,02	30.998,35
13.04	201302	REVESTIMENTO COM CERÂMICA	m2	116,63	88,54	10.326,42
13.05	201371	REVESTIMENTO COM BARITA - RX GABINETE MÉDICO	m2	76,74	118,91	9.125,15
13.06	210462	FORRO DE PVC COM ESTRUTURA EM METALON PINTADA COM TINTA EPOXI MASTIC DUPLA FUNÇÃO	m2	59,74	62,20	3.715,83
13.07	210515	GESSO CORRIDO EM TETO	m2	217,32	20,88	4.537,64
TOTAL ITEM 13.00						68.427,82
14.00		REVESTIMENTO DE PISO				
14.01	220311	PISO EM CERÂMICA ANTIDERRAPANTE PEI MAIOR OU IGUAL A 4 COM CONTRAPISO (1CI:3ARML) E ARGAMASSA COLANTE	m2	275,00	79,10	21.752,50
14.02	220312	RODAPÉ DE CERÂMICA ANTIDERRAPANTE COM ARGAMASSA COLANTE	m	136,00	9,58	1.302,88
14.03	220102	PASSEIO EM CONCRETO DESEMPENADO ESP 5 CM 1:2,5:3,5	m2	275,00	35,84	9.856,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

TOTAL ITEM 14.00						32.911,38
15.00		FERRAGENS				
15.01	230176	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80CM (PNE)	un	4,00	142,41	569,64
TOTAL ITEM 15.00						569,64
16.00		PINTURA				
16.01	261000	PINTURA LATEX ACRÍLICA - DUAS DEMÃOS C/ SELADOR	m2	1.032,59	13,29	13.723,12
16.02	261300	EMASSAMENTO PVA - 2 DEMÃOS	m2	1.032,59	12,74	13.155,20
16.03	261307	PINTURA PVA LATEX ACRÍLICA DUAS DEMÃOS S/ SELADOR	m2	217,95	9,77	2.129,32
16.04	261703	PINTURA PISO CIMENTADO - CALÇADAS	m2	181,80	12,89	2.343,40
TOTAL ITEM 17.00						31.351,04
17.00		DIVERSOS				
17.01	271608	BANCADA DE GRANITO C/ ESPELHO	m2	7,15	489,75	3.502,69
17.02	201410	PINGADEIRA - CONC. PREMOLDADO (MOLDURA PLATIBANDA)	m2	61,44	71,09	4.367,77
17.03	220920	SOLEIRA EM GRANITO IMPERMEABILIZADA COM CONTRAPISO (1CI:3ARML)	m2	5,99	421,36	2.521,84
17.04	220920	PEITORIL EM GRANITO	m2	5,00	421,36	2.106,80
17.05	270501	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m2	277,06	4,08	1.130,40
TOTAL ITEM 18.00						13.629,51

CUSTOTOTALSEMDI	518.345,74
BDI - 27,0%	139.953,35
CUSTOTOTALCOMBDI	658.299,09

OBS: REFERÊNCIA GOINFRA TABELA DE CUSTOS DE OBRAS CIVIS - T271 - AGOSTO/2024 - SEM DESONERAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto Municipal nº 725, de setembro de 2022.
- 1.2. O prazo e vigência da contratação é de 210 (duzentos e dez), contados a partir da data de sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogado de forma sucessível, até atingir o limite de 5 anos, conforme interesse da administração.
- 1.3. A razão desta contratação para a construção de uma sala para realização de exames de tomografia no hospital municipal de Morrinhos, traz inúmeros benefícios e justificativas significativas:
- 1.4. Primeiramente, a realização de um diagnóstico rápido e preciso: A tomografia computadorizada (TC) é uma ferramenta essencial para diagnosticar uma ampla gama de condições médicas, desde lesões traumáticas e infecções até câncer e doenças cardiovasculares. Ter essa tecnologia disponível localmente acelera o diagnóstico e tratamento dos pacientes.
- 1.5. Redução de Deslocamentos: Atualmente, pacientes de Morrinhos podem precisar se deslocar para outro hospital ou até mesmo para cidades maiores para realizar exames de TC, o que pode ser um processo demorado e custoso. Uma sala de tomografia no hospital municipal eliminaria essa necessidade, proporcionando conforto e economia para os pacientes.
- 1.6. Melhoria na Eficiência do Hospital: Com uma sala de tomografia no local, o hospital pode oferecer um atendimento mais integrado e eficiente. Os médicos poderão acessar rapidamente os resultados dos exames e tomar decisões informadas de forma mais ágil.
- 1.7. Aumento na Capacidade de Atendimento: A presença de uma sala de tomografia amplia a capacidade do hospital de atender a casos mais complexos e urgentes, o que é crucial em situações de emergência.
- 1.8. Atração de Profissionais Qualificados: Ter instalações avançadas de diagnóstico pode atrair médicos e especialistas qualificados, melhorando ainda mais a qualidade do atendimento oferecido no hospital.
- 1.9. Segurança e Confiabilidade: A tomografia é um exame seguro e não invasivo que pode fornecer informações detalhadas sobre o corpo humano. Ter essa tecnologia à disposição aumenta a segurança e confiabilidade dos tratamentos médicos.
- 1.10. Investimento na Saúde da População: Construir uma sala de tomografia é um investimento direto na saúde e bem-estar da população de Morrinhos, demonstrando um compromisso com a melhoria contínua dos serviços de saúde.
- 1.11. Portanto, a criação de uma sala para exames de tomografia no hospital municipal de Morrinhos não é apenas uma necessidade, mas uma ação estratégica para melhorar a qualidade de vida e o atendimento à saúde da comunidade.
- 1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares em anexo nesse documento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme anexo nesse documento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DO OBJETO

- 4.1.1. Contratação de empresa especializada para a Construção do Centro de Diagnóstico por Imagem (CEDIM) de Morrinhos /GO.
- 4.1.2. Com o crescimento da demanda por nossos serviços/produtos, é imprescindível garantir que nossa infraestrutura hospitalar esteja preparada para suportar essa expansão, evitando gargalos e garantindo a continuidade das operações, trazendo melhorias diretas para pacientes e profissionais que trabalham no hospital, garantindo melhor qualidade de vida da população de Morrinhos.
- 4.1.3. Todos os serviços deverão atender a demanda para a construção do CEDIM.
- 4.1.4. Os serviços deverão ser executados no Hospital Municipal de Morrinhos, tendo localidade na Rua 17, nº 170, Setor Aeroporto, e recebidos e conferidos pelo fiscal da obra.

4.2. DA EXIGÊNCIA DA CARTA DE SOLIDARIEDADE

- 4.2.1. Visa garantir o cumprimento integral do contrato de prestação de serviços de obras, assegurando que todos os envolvidos (principal e subcontratados) possam ser responsabilizados solidariamente pelas obrigações previstas, contribuindo para a segurança do processo e o sucesso da execução da obra, que assegure a execução do contrato.

4.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a subcontratação.

4.4. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.4.1. A contratação pretendida mostra -se viável por garantia dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 4.4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.5.1. **Aprovação de projetos:** Antes de iniciar a execução, todos os projetos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico, etc.) devem ser aprovados pelas autoridades competentes.
- 4.5.2. Estabelecer um cronograma detalhado para a execução da obra, com prazos para cada fase da construção, contados a partir da assinatura do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- 4.5.3.** O CONTRATADO não poderá deixar de executar os serviços, a CONTRATANTE o item constante deste Termo Referência.
- 4.5.4.** Caso o CONTRATADO não executar conforme os itens contidos na descrição da planilha orçamentária que consta neste Termo Referência, o serviço não será recebido, e o mesmo deverá providenciar no prazo estabelecido pelo fiscal da obra conforme a necessidade da execução em questão, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso não execute.
- 4.5.5.** Garantir que todas as licenças necessárias (ambientais, de construção, etc.) estejam em vigor.
- 4.5.6.** O contrato será celebrado e terá a vigência de 210 (duzentos e dez) dias contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de forma sucessível, até atingir o limite de 5 (cinco) anos.
- 4.5.7.** Caso não seja possível a entrega ou ocorra algum mal funcionamento do material, durante o período de vigor do contrato, a empresa deverá comunicar as razões respectivas de imediato máximo 6 (seis) horas, para ressalvas situações de caso fortuito e de força maior.

4.6 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7 Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h. horas às 16 horas, mediante agendamento prévio.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço;

Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: (...)

Cronograma de realização dos serviços:

Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Hospital Municipal de Morrinhos, localizado na Rua 17, nº 170, Setor Aeroporto, Morrinhos – GO;

Os serviços serão prestados no seguinte horário: De acordo com o Cronograma de execução da obra.

5.2 Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e de melhor qualidade, promovendo sua imediata substituição quando necessário:

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos **(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).**

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º).

6.5.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinado prazo para a correção.

6.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequação do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições da habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contrato, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

- 6.7.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.8.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.9.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da administração.

6.10. DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO

- 6.10.1.** A responsável pela gestão do contrato é o Sr. **HUGO HENRIQUE NUNES**, matrícula nº 6315, Assessor de Planejamento e Coordenação.
- 6.10.2.** O responsável pela fiscalização técnica do contrato é a Sra. **RENATA AMARAL TRONCOSO CHAVES**, matrícula nº 3181, Engenheira Civil.
- 6.10.3.** O responsável pela fiscalização administrativa do contrato é a Sra. **SIRLEI CRISTINA ALVES PAULINO**; matrícula nº 7137, Assessor III.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de fiscalização.

- 7.1.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da execução a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório dos serviços do contrato mediante as medições com documentações que detalhe e comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2. Para efeito de recebimento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade do material, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

7.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. LIQUIDAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- 7.8.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do **art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022**.
- 7.8.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 7.8.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.8.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.8.5.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- 7.8.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.8.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.8.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.8.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9. PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.9.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022**.

7.10. FORMA DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- 7.10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA, **sob o regime de empreitada por preço global**, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

8.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.2.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.2.1.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.1.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>**;
- 8.2.1.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução **Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020**.
- 8.2.1.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.1.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.**

8.2.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do **art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.**

8.2.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da **Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009** (arts. 17 a 19 e 165).

8.2.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

8.2.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (**art. 5º,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - **Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II**;

8.2.1.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.2.1.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovação que possui capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 5% do valor total do objeto do presente certame.

8.2.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.2.1.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.2.1.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.2.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1.4.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional escrever por extenso, se, em plena validade;

8.2.1.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos materiais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.1.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características do objeto da licitação.

8.2.1.4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.1.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.1.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- 8.2.1.5.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos **arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;**
- 8.2.1.5.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.2.1.5.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.2.1.5.4.** O registro previsto na **Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;**
- 8.2.1.5.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.2.1.5.5.1.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o **art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971,** ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 658.299,09 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e nove centavos)
- 9.2.** conforme tabela no subitem 1.1. deste documento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Próprio Municipal.
- 10.2.** A contratação será atendida pelas seguintes **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**
- a) **10.302.0090.3751.4.4.90. 51 - 102**
 - b) Recurso Emenda – fonte: 102
 - c) **10.301.0080.1800.4.4.90.51 -102**
 - d) Recurso Próprio Municipal – fonte: 102



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ELABORADO POR:

HUGO HENRIQUE NUNES
=ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO=

APROVADO POR:

PAULO GARCIA DE FREITAS
=SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE=

RENATA AMARAL TRONCOSO CHAVES
=ENGENHEIRA CIVIL=

O projeto básico original constante da fase interna do processo está assinado



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO II **MEMORIAL DESCRITIVO**

DISPONÍVEL ON LINE

Link dos anexos:

<https://bnccompras.com/Conductor/ProcessSearch?param1=4>



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO III COMPOSIÇÃO DE BDI

OBRA: CONSTRUÇÃO DO CEDIM (HOSPITAL MUNICIPAL)

LOCAL: RUA 17, N.170, SETOR AEROPORTO - MORRINHOS-GO

DEMONSTRATIVO DE BDI

Para o cálculo do BDI, utilizou-se o ACÓRDÃO 2.622/2013 – TCU – PLENÁRIO / PORTARIA 449/2015 PR-AGETOP

Coefficientes adotados:

Administração central (AC): Valores definidos a partir dos limites no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário. Valores médios.

Lucro (L): Valores definidos a partir dos limites definidos no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário.
Valores adotados e praticados no mercado

Despesas financeiras (DF): Valor calculado pela expressão matemática do acórdão 2.369/2011 – TCU – Plenário.
(Foi utilizado para o cálculo a média da Taxa SELIC do ano de 2015)

Seguros + Garantias (S + G): Valores definidos a partir dos limites no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário.
Valores médios. (Seguros contra erros de execução, incêndio e explosão, danos da natureza (vendaval, destelhamento, alagamento, inundação, desmoronamento, geadas etc.), emprego de material defeituoso ou inadequado, roubo e/ou furto qualificado, quebra de equipamentos, desmoronamento de estrutura, nas modalidades de Obras Cíveis em Construção (OCC); Instalação e Montagem (IM); e Obras Cíveis em Construção e Instalação e Montagem (OCC/IM). Bem como coberturas adicionais para ampliação dessas coberturas básicas, como: cobertura de responsabilidade civil geral, cobertura de responsabilidade civil cruzada, cobertura de despesas extraordinárias, cobertura de tumultos, cobertura de desentulho do local, cobertura de riscos do fabricante, dentre outras, incluindo o seguro de vida em grupo regido pela convenção coletiva dos trabalhadores na indústria da construção civil). A partir de 24/02/2015 por intermédio da Portaria 449/2015 a Presidência desta casa, na pessoa do Senhor Jayme Eduardo Rincon, determinou a exclusão dos valores referentes aos Seguros de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil do Profissional na composição do cálculo do B.D.I..

Riscos (R): Valores definidos a partir dos limites no Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário. Valores 1º quartil.

ISS: Alíquota conforme o Código Tributário do Município de Morrinhos, que é de **2,89%**

PIS: Alíquota definida por lei (lucro presumido) = 0,65%

COFINS: Alíquota definida por lei (lucro presumido) = 3,00%

CPRB: Alíquota definida pelas leis 12.546/11, 12844/13 e 13.161/15
(CPRB – contribuição previdenciária sobre a receita bruta) = 4,50%

Tributos: ISS + PIS + COFINS + CPRB = 10,04%

1 - BDI PARA OBRAS DE EDIFICAÇÕES

BDI GERAL	Administração central	Lucro	Despesas financeiras	Seguros + Garantias	Riscos	Tributos	Resultado
	4,00%	7,20%	1,08%	0,12%	0,97%	10,04%	27,00%

A fórmula para estipulação da taxa de BDI estimado adotado é a mesma que foi aplicada para a obtenção das tabelas contidas no Acórdão n. 2.622/2013 – TCUPlenário:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G) \cdot (1+DF) \cdot (1+L)}{(1-I)} - 1$$

$$BDI = \frac{(1+0,040+0,0006+0,0097+0,0006) \cdot (1+0,0108) \cdot (1+0,072)}{(1-0,1104)} - 1 = 27,0\%$$

RENATA AMARAL TRONCOSO CHAVES
ENGENHEIRO CIVIL
CREA : 11921/D-GO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO IV PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTO INICIAL

OBRA: CONSTRUÇÃO DO CEDIM (HOSPITAL MUNICIPAL)						
LOCAL: RUA 17, N.170, SETOR AEROPORTO - MORRINHOS-GO						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
ITEM	CÓDIGO GOINFRA	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1.00		SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.01	21301	PLACA DE OBRA PLOTADA EM CHAPA METÁLICA 26 , AFIXADA EM CAVALETES DE MADEIRA DE LEI (VIGOTAS 6X12CM) - PADRÃO GOINFRA	m2	6,00	386,74	2.320,44
1.02	250101	ENGENHEIRO - (OBRAS CIVIS)	H	160,00	96,79	15.486,40
1.03	250102	MESTRE DE OBRA - (OBRAS CIVIS)	H	480,00	47,17	22.641,60
1.04	250112	ADMINISTRATIVO DE OBRAS - (OBRAS CIVIS)	H	640,00	22,00	14.080,00
1.05	20701	LOCAÇÃO DE OBRA COM EXECUÇÃO DE GABARITO	m2	277,06	5,07	1.404,69
1.06	20200	FERRAMENTAS	m2	277,06	7,39	2.047,47
1.07	20210	BARRACÃO DE OBRAS C/ INST. ELÉT E HIDROS.	m2	7,50	274,19	2.056,43
TOTAL ITEM 1.00						60.037,03
2.00		SERVIÇO EM TERRA				
2.01	41004	ESCAVAÇÃO MECANIZADA	m3	41,56	2,25	93,51
2.02	41005	CARGA MECANIZADA	m3	138,53	1,65	228,57
2.03	41003	ATERRO INTERNO S/ APILOAM. C/ TR. EM CARRINHO MÃO	m3	138,53	29,24	4.050,62
2.04	40905	APILOAMENTO MECÂNICO	m2	277,06	0,46	127,45
TOTAL ITEM 2.00						4.500,15
3.00		FUNDAÇÕES				
3.01	50302	ESTACA À TRADO DIAM. 30cm S/ FERRO	m	11,66	72,33	843,57
3.02	52005	AÇO CA-50A - 10,0 MM (3/8")	kg	339,17	10,69	3.625,69
3.03	52014	AÇO CA-60A - 5,0 MM	kg	110,58	11,77	1.301,53
3.04	51030	PREPARO C/ BETONEIRA E TRANSPORTE MANUAL CONCRETO Fck25MPa (ESTACAS)	kg	21,96	526,19	11.556,62
3.05	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL CONCRETO (BLOCOS)	m3	10,31	52,04	536,53
3.06	52004	AÇO CA-50A - 8,0 MM (5/16")	kg	380,00	10,87	4.130,60
3.07	51032	CONCRETO USINADO CONVENCIONAL FCK=25 MPA COM TRANSPORTE MANUAL (O.C.)	kg	8,62	609,16	5.250,96
3.08	51055	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/ADENSAMENTO MANUAL CONCRETO (BALDRAMES)	m3	8,62	52,04	448,58
3.09	51009	FORMA TABUA PINHO PARA FUNDAÇÕES (BALDRAMES E BLOCOS) U=3V	m²	69,67	79,31	5.525,26
3.10	52005	AÇO CA-50A - 10,0 MM (3/8")	kg	466,40	10,69	4.985,82
3.11	AG-052014	AÇO CA-60A - 5,0 MM	kg	118,60	11,77	1.395,92
TOTAL ITEM 3.00						39.601,09
4.00		ESTRUTURA (VIGAS, PILARES E LAJES)				
4.01	60517	PREPARO CONCRETO Fck25MPa C/ BETONEIRA (VIGAS E PILARES)	m3	21,90	526,19	11.523,56
4.02	60801	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO CONCRETO VIGAS/PILARES	m3	21,90	52,04	1.139,68
4.03	60314	AÇO CA-60A - 5,0 MM	kg	642,10	11,77	7.557,52
4.04	60304	AÇO CA-50A - 8,0 MM (5/16")	kg	187,50	10,87	2.038,13
4.05	60305	AÇO CA-50A - 10,0 MM (3/8")	kg	1.970,10	10,69	21.060,37
4.06	60306	AÇO CA-50A - 12,5 MM (1/2")	kg	29,80	11,59	345,38
4.07	60212	FORMA CH. COMPENSADA PLASTIFICADA 12MM (VIGA/PILAR) U=3V	m²	67,10	104,54	7.014,63
4.08	61101	FORRO EM LAJE PRÉ MOLDADA INC. CAPEAMENTO/FERR. DISTRIB. /ESCORAMENTO E FORMA E DESFORMA	m2	277,06	123,52	34.222,45
4.09	60524	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK=25 MPA (O.C.) - LAJES	m3	19,30	594,91	11.481,76
4.10	60800	LANÇAMENTO/APLICAÇÃO/AENSAMENTO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL EM ESTRUTURA - (O.C.) - LAJES	m³	19,30	54,81	1.057,83
4.11	60204	FORMA CH. COMPENSADA 17MM PLÁST. U=4V	m2	68,53	94,84	6.498,91
TOTAL ITEM 4.00						103.940,22
5.00		INSTALAÇÃO ELÉTRICA				



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

5.01	70509	CABO EPR/XLPE (90°C) 1KV - 10mm²	m	110,00	12,29	1.351,90
5.02	70544	CABO DE COBRE NU - 50mm²	m	20,00	45,52	910,40
5.03	72170	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR EM PVC CB-12E - 80 A	un	1,00	146,29	146,29
5.04	71184	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (D.P.S.) 275V	un	1,00	102,10	102,10
5.05	71173	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 10 A 35-A	un	13,00	94,26	1.225,38
5.06	71193	ELETRODUTO FLEXÍVEL DIAM. 20MM	un	320,00	8,75	2.800,00
5.07	71291	FIO ISOLADO PVC 750 V - Nº 2,5mm²	m	275,00	4,55	1.251,25
5.08	71292	FIO ISOLADO PVC 750 V - Nº 4,0mm²	m	429,00	7,04	3.020,16
5.09	71492	ISOLADOR ROLDANA PVC GRANDE	un	30,00	8,59	257,70
5.10	70691	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4"x2"x2"	m	64,00	8,65	553,60
5.11	70680	CAIXA SEXTAVADA 3"x3"	m	25,00	8,90	222,50
5.12	71649	LUMINÁRIA PAFLOM LED QUADRADA DE EMBUTIR 30 W 40 X 40 CM (MEDIDAS APROXIMADAS) INCLUSO CORTE NO FORRO	un	25,00	124,08	3.102,00
5.13	71598	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS	un	10,00	26,65	266,50
5.14	72570	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V	un	50,00	23,99	1.199,50
5.15	71440	INTERRUPTOR SIMPLES (01 SEÇÃO)	un	14,00	17,74	248,36
5.16	70710	CAIXA PASSAGEM 30x30x40 C/ TAMPA E DRENO BRITA	un	1,00	156,35	156,35
5.17	71381	HASTE COPPERWELD 5/8" x 3,00 M C/ CONECTOR	un	3,00	150,25	450,75
5.18	71330	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10,00 m	un	10,00	13,81	138,10
TOTAL ITEM 5.00						17.402,84
6.00		INSTALAÇÃO HIDRO-SANITÁRIA E PLUVIAL				
6.01	81003	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	m	80,00	8,59	687,20
6.02	81006	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 50 mm	m	30,00	21,98	659,40
6.03	81321	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 mm	unid	40,00	8,13	325,20
6.04	81324	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL 50 mm (MARROM)	unid	10,00	17,46	174,60
6.05	81405	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 50 mm	unid	5,00	24,11	120,55
6.06	81402	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 mm	unid	20,00	8,97	179,40
6.07	81424	TE REDUÇÃO 90 GRAUS SOLDÁVEL 50 x 25mm	unid	15,00	23,19	347,85
6.08	81440	TE REDUÇÃO 90 GRAUS SOLD.C/ROSCA 25X25X1/2"	unid	15,00	14,21	213,15
6.09	81663	CORPO CX SIFONADA DIAM. 150x150x50	unid	7,00	45,07	315,49
6.10	81696	PROLONGAMENTO CX SIFONADA 150 mm	m	7,00	61,51	430,57
6.11	82051	GRELHA QUADRADA BRANCO DIAM. 150 mm	unid	7,00	13,80	96,60
6.12	80590	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR OVAL MÉDIA	un	5,00	118,26	591,30
6.13	80556	LIGAÇÃO FLEXÍVEL PVC DIAM. 1/2" (ENGATE)	unid	12,00	13,87	166,44
6.14	80561	SIFÃO P/ LAVATÓRIO PVC DIAM. 1"x1.1/2"	unid	6,00	25,64	153,84
6.15	80570	TORNEIRA P/ LAVATÓRIO DIAM. 1/2"	unid	6,00	72,00	432,00
6.16	80580	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO PVC DIAM. 1"	unid	6,00	83,27	499,62
6.17	80503	VASO SANITÁRIO PARA PCD SEM ABERTURA FRONTAL (1ª LINHA)	unid	2,00	806,39	1.612,78
6.18	80510	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO	cj	2,00	18,47	36,94
6.19	80520	CONJ. FIXAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO (par)	unid	2,00	17,68	35,36
6.20	80514	TUBO DE LIGAÇÃO PVC CROMADO 1.1/2" / ESPEDE - (ENTRADA)	unid	12,00	43,12	517,44
6.21	80515	VÁLVULA DE DESCARGA - CROMADA	unid	2,00	288,79	577,58
6.22	80686	CUBA INOX 56x34x17cm E=0,6mm - aço 304 (Cuba nº 2)	unid	2,00	239,77	479,54
6.23	80672	SIFÃO P/ PIA CROMADO 1.1/2"x2"	unid	2,00	47,98	95,96
6.24	80656	TORNEIRA P/ PIA DIAM. 1/2" e 3/4" DE MESA - BICA MÓVEL	unid	12,00	156,66	1.879,92
6.25	80680	VÁLVULA P/ PIA TIPO AMERICANA DIAM. 3.1/2" (metal)	unid	6,00	64,76	388,56
6.26	80693	TANQUE (PANELÃO) INOX 60x70x40cm	unid	5,00	2.319,79	11.598,95
6.27	80810	TORNEIRA DE PAREDE P/ TANQUE DIAM. 1/2" e 3/4"	unid	5,00	85,51	427,55
6.28	80820	SIFÃO P/ TANQUE 1"x1.1/2" - PVC	unid	5,00	26,90	134,50
6.29	80821	TUBO DE DESPEJO P/ VÁLVULA (pia/tanque)	unid	5,00	20,16	100,80
6.30	80830	VÁLVULA P/ TANQUE METÁLICA DIAM. 1" S/ LADRÃO	unid	5,00	33,19	165,95
6.31	82301	TUBO SOLDÁVEL P/ ESGOTO DIAM. 40 mm	m	25,00	15,83	395,75
6.33	82303	TUBO SOLDÁVEL P/ ESGOTO DIAM. 75 mm	m	30,00	33,57	1.007,10
6.34	82304	TUBO SOLDÁVEL P/ ESGOTO DIAM. 100 mm	m	36,00	36,63	1.318,68
6.35	81935	JOELHO 90 GRAUS DIAM. 40 mm	unid	6,00	13,84	83,04
6.36	81921	JOELHO 45 GRAUS DIAM. 40 mm	unid	5,00	13,49	67,45
6.37	81936	JOELHO 90 GRAUS DIAM. 50 mm	unid	8,00	14,35	114,80
6.38	81922	JOELHO 45 GRAUS DIAM. 50 mm	unid	8,00	14,93	119,44
6.39	81938	JOELHO 90 GRAUS DIAM. 100 mm	unid	4,00	27,26	109,04
6.40	81924	JOELHO 45 GRAUS DIAM. 100 mm	unid	4,00	26,81	107,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

6.41	82201	TE 90 GRAUS DIAMETRO 40 MM - ESGOTO	unid	3,00	14,68	44,04
6.42	82230	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 MM	unid	2,00	16,11	32,22
6.43	82235	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 MM	unid	2,00	29,42	58,84
6.44	81975	JUNCAO SIMPLES DIAM. 100 X 100 MM	unid	2,00	44,47	88,94
6.45	81066	ADAPTADOR CURTO SOLD. 25x3/4"	unid	12,00	4,64	55,68
6.46	81058	ADAPTADOR PVC SOLD. C/ FLANGE P/ CX. D'ÁGUA 50X1 1/2"	unid	12,00	32,04	384,48
6.47	81069	ADAPTADOR CURTO SOLD. 50X1 1/2"	unid	12,00	10,86	130,32
6.48	80906	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 2"	unid	6,00	242,09	1.452,54
6.53	81861	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS C/ TAMPA	unid	1,00	509,32	509,32
6.54	81888	TORNEIRA BÓIA 3/4"	unid	1,00	59,87	59,87
6.55	81825	CAIXA DE PASSAGEM 60x60 CM SEM TAMPA	unid	6,00	469,63	2.817,78
6.56	81826	TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25MPa E=5CM P/ CX DE PASSAGEM	unid	6,00	71,27	427,62
6.57	81846	CAIXA DE GORDURA E INSPEÇÃO EM PVC/ABS 19 LITROS COM TAMPA E	unid	3,00	318,49	955,47
6.58	81502	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G	unid	5,00	8,95	44,75
6.59	80532	PORTA PAPEL HIGIÊNICO EM METAL/ACABAMENTO CROMADO	unid	2,00	52,29	104,58
6.60	80733	PORTA TOALHA EM HASTE CURTA EM METAL/ACAB. CROMADO	unid	8,00	66,44	531,52
6.61	80741	SABONETEIRA EM METAL/ACABAMENTO CROMADO	unid	8,00	42,69	341,52
TOTAL DO ITEM 6.00						34.807,07
7.00		ALVENARIA				
7.01	100160	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ 15x30x10cm	m2	574,61	55,59	31.942,57
7.02	60010	VERGA/CONTRAVERGA EM CONCRETO ARMADO FCK = 20 MPA	m3	2,31	2.660,99	6.159,86
TOTAL DO ITEM 7.00						38.102,43
8.00		IMPERMEABILIZAÇÃO				
8.01	120902	IMPERMEABILIZAÇÃO VIGAS BALDRAMES/ARRIMO E=2,0CM	m2	25,20	36,16	911,23
TOTAL ITEM 8.00						911,23
9.00		ESTRUTURA METÁLICA				
9.01	150205	ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO TIPO AR-350 A572 G50 COM FUNDO ANTICORROSIVO	kg	474,06	19,21	9.106,75
TOTAL ITEM 9.00						9.106,75
10.00		COBERTURA				
10.01	160971	COBERTURA COM TELHA TERMOACÚSTICA TRAPEZOIDAL NÚCLEO PIR 30 MM EM AÇO GALVALUME, #0,43MM (TELHA/FILME)	m2	59,74	217,67	13.003,61
10.02	160501	COBERTURA COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO	m²	217,32	45,05	9.790,27
10.03	160602	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA	m	53,88	39,35	2.120,18
10.04	160601	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO / 50 CM C/ ACES.	m	18,72	62,82	1.175,99
TOTAL ITEM 10.00						26.090,04
11.00		ESQUADRIAS				
11.01	180507	PORTA DE CORRER DE 02 OU 04 FOLHAS DE VIDRO (METADE FIXA/ METADE MÓVEL) C/BASCULA SUPERIOR PF-7/PF-8 C/ FERRAGENS	m2	7,50	349,30	2.619,75
11.02	180123	PORTA ABRIR ALUMÍNIO, 01 FOLHA COM VIDRO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA - INCLUSO FERRAGENS (M.O. FAB.INC.MAT.) 90X210CM	m2	18,90	808,76	15.285,56
11.03	180490	PORTA DE ABRIR DE 01 FOLHA EM CHAPA VINCADA PF-1A C/ FERRAGENS	m2	3,78	592,68	2.240,33
11.04	170111	PORTA LISA COM PORTAL E ALISAR SEM FERRAGENS	un	4,00	807,03	3.228,12
11.05	170015	PORTAL (INCLUSO ENCHIMENTO COM ALVENARIA)	jg	4,00	381,74	1.526,96
11.06	170117	FOLHA DE PORTA COM REVESTIMENTO MELAMÍNICO	un	4,00	951,15	3.804,60
11.07	180122	JANELA MÁXIMO AR EM ALUMÍNIO, 02 FOLHAS DE VIDRO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA - INCLUSO FERRAGENS (M.O. FAB.INC.MAT.)	m2	4,69	900,98	4.225,60
11.08	180120	JANELA DE CORRER EM ALUMÍNIO, 02 FOLHAS DE VIDRO, COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA - INCLUSO FERRAGENS (M.O.FAB.INC.MAT.)	m2	1,60	758,40	1.213,44
TOTAL ITEM 11.00						34.144,36
12.00		VIDROS				
12.01	190201	VIDRO TEMPERADO E=10 MM COLOCADO (PORTAS E JANELAS)	m2	6,29	447,24	2.813,14
TOTAL ITEM 12.00						2.813,14
13.00		REVESTIMENTO DE PAREDES/TETO				
13.01	200101	CHAPISCO COMUM	m2	1.149,22	6,02	6.918,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

13.02	200201	EMBOÇO (1CI:4 ARML)	m2	116,63	24,06	2.806,12
13.03	200499	REBOCO PAULISTA A-14 (1CALH:4ARMLC+100kgCI/M3)	m2	1.032,59	30,02	30.998,35
13.04	201302	REVESTIMENTO COM CERÂMICA	m2	116,63	88,54	10.326,42
13.05	201371	REVESTIMENTO COM BARITA - RX GABINETE MÉDICO	m2	76,74	118,91	9.125,15
13.06	210462	FORRO DE PVC COM ESTRUTURA EM METALON PINTADA COM TINTA EPOXI MASTIC DUPLA FUNÇÃO	m2	59,74	62,20	3.715,83
13.07	210515	GESSO CORRIDO EM TETO	m2	217,32	20,88	4.537,64
TOTAL ITEM 13.00						68.427,82
14.00		REVESTIMENTO DE PISO				
14.01	220311	PISO EM CERÂMICA ANTIDERRAPANTE PEI MAIOR OU IGUAL A 4 COM CONTRAPISO (1CI:3ARML) E ARGAMASSA COLANTE	m2	275,00	79,10	21.752,50
14.02	220312	RODAPÉ DE CERÂMICA ANTIDERRAPANTE COM ARGAMASSA COLANTE	m	136,00	9,58	1.302,88
14.03	220102	PASSEIO EM CONCRETO DESEMPENADO ESP 5 CM 1:2,5:3,5	m2	275,00	35,84	9.856,00
TOTAL ITEM 14.00						32.911,38
15.00		FERRAGENS				
15.01	230176	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80CM (PNE)	un	4,00	142,41	569,64
TOTAL ITEM 15.00						569,64
16.00		PINTURA				
16.01	261000	PINTURA LATEX ACRÍLICA - DUAS DEMÃOS C/ SELADOR	m2	1.032,59	13,29	13.723,12
16.02	261300	EMASSAMENTO PVA - 2 DEMÃOS	m2	1.032,59	12,74	13.155,20
16.03	261307	PINTURA PVA LATEX ACRÍLICA DUAS DEMÃOS S/ SELADOR	m2	217,95	9,77	2.129,32
16.04	261703	PINTURA PISO CIMENTADO - CALÇADAS	m2	181,80	12,89	2.343,40
TOTAL ITEM 16.00						31.351,04
17.00		DIVERSOS				
17.01	271608	BANCADA DE GRANITO C/ ESPELHO	m2	7,15	489,75	3.502,69
17.02	201410	PINGADEIRA - CONC. PREMOLDADO (MOLDURA PLATIBANDA)	m2	61,44	71,09	4.367,77
17.03	220920	SOLEIRA EM GRANITO IMPERMEABILIZADA COM CONTRAPISO (1CI:3ARML)	m2	5,99	421,36	2.521,84
17.04	220920	PEITORIL EM GRANITO	m2	5,00	421,36	2.106,80
17.05	270501	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m2	277,06	4,08	1.130,40
TOTAL ITEM 17.00						13.629,51
CUSTO TOTAL SEM BDI						518.345,74
BDI - 27,0%						139.953,35
CUSTO TOTAL COM BDI						658.299,09
OBS: REFERÊNCIA GOINFRA TABELA DE CUSTOS DE OBRAS CIVIS - T271 - AGOSTO/2024 - SEM DESONERAÇÃO						
MORRINHOS, 30 DE OUTUBRO DE 2024.						
HUGO HENRIQUE NUNES						
CREA 25.685/D-GO						
ENGENHEIRO CIVIL						



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO V

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

OBRA: CONSTRUÇÃO DO CEDIM (HOSPITAL MUNICIPAL)										
LOCAL: RUA 17, N.170, SETOR AEROPORTO - MORRINHOS-GO										
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO										
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%	VALOR TOTAL	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	TOTAL C/ BDI 27%(R\$)
1.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	11,58	76.247,03	100% 76.247,03						76.247,03
2.00	SERVIÇO EM TERRA	0,87	5.715,19	100% 5.715,19	-	-	-	-	-	5.715,19
3.00	FUNDAÇÕES	7,64	50.293,38	100% 50.293,38	-	-	-	-	-	50.293,38
4.00	ESTRUTURA	20,05	132.004,08	70% 92.402,86	30% 39.601,22	-	-	-	-	132.004,08
5.00	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	3,36	22.101,61		20% 4.420,32	-	20% 4.420,32	20% 4.420,32	40% 8.840,64	22.101,61
6.00	INSTALAÇÃO HIDRO-SANIT.	6,72	44.204,98		20% 8.841,00	-	20% 8.841,00	20% 8.841,00	40% 17.681,99	44.204,98
7.00	ALVENARIA	7,35	48.390,08		50% 24.195,04	50% 24.195,04	-	-	-	48.390,08
8.00	IMPERMEABILIZAÇÃO	0,18	1.157,26	100% 1.157,26	-	-	-	-	-	1.157,26
9.00	ESTRUTURA METÁLICA	1,76	11.565,58	-	80% 9.252,46	20% 2.313,12	-	-	-	11.565,58
10.00	COBERTURA	5,03	33.134,35	-		100% 33.134,35	-	-	-	33.134,35
11.00	ESQUADRIAS	6,59	43.363,34	-	-		-	50% 21.681,67	50% 21.681,67	43.363,34
12.00	VIDROS	0,54	3.572,69	-	-	-	-	-	100% 3.572,69	3.572,69
13.00	REVESTIMENTO PAREDES	13,20	86.903,33	-	-	40% 34.761,33	60% 52.142,00	-	-	86.903,33
14.00	REVESTIMENTO DE PISO	6,35	41.797,45	-	-	-	50% 20.898,73	50% 20.898,73	-	41.797,45
15.00	FERRAGENS	0,11	723,44	-	-		-	-	100% 723,44	723,44
16.00	PINTURA	6,05	39.815,82	-	-	-	50% 19.907,91	20% 7.963,16	30% 11.944,75	39.815,82
17.00	DIVERSOS	2,63	17.309,47	-	-	-	-	50% 8.654,74	50% 8.654,74	17.309,47
DESEMBOLSO	Mensal		658.299,09	225.815,72	86.310,05	94.403,84	106.209,95	72.459,61	73.099,92	658.299,09
	Acumulado			225.815,72	312.125,77	406.529,61	512.739,56	585.199,18	658.299,09	
PERCENTUAL GLOBAL	Mensal (PGM)			34,30	13,11	14,34	16,13	11,01	11,10	
	Acumulado (PGA)			34,30	47,41	61,75	77,89	88,90	100,00	
MORRINHOS, 30 DE OUTUBRO DE 2024.										
HUGO HENRIQUE NUNES										
CREA 25.685/D-GO										
ENGENHEIRO CIVIL										



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO VI

MEMORIAL DE CÁLCULO

DISPONÍVEL ON LINE

Link dos anexos:

<https://bnccompras.com/Conductor/ProcessSearch?param1=4>



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO VII

PROJETOS

DISPONÍVEL ON LINE

Link dos anexos:

<https://bnccompras.com/Conductor/ProcessSearch?param1=4>



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO VIII

DECLARAÇÕES UNIFICADAS (MODELO)

A licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 11/2024, instaurada pelo Município de Morrinhos, sob as penas da lei, DECLARA:

- a) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Que não possui, em seu Quadro de Pessoal, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
- d) Que tem conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.
- e) Que não integra seu corpo social, nem seu quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.
- f) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura

Nome do Proponente ou Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

A N E X O I X

**REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO
PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Eu,, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº..... e do CPF/MF nº....., representante da empresa, inscrita no CNPJ/MF nº....., solicitamos na condição de ME/EPP/MEI, quando da sua participação na licitação, modalidade Concorrência Pública Nº 11/2024, seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas modificações posteriores.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Data e local.

(Assinatura do representante legal sob carimbo)

RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante (nome empresarial), interessado em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____ / __, PROCESSO Nº ____ / __, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro

CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO XI

MODELO DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente instrumento, DECLARO que a empresa _____, através de seu Responsável Técnico Sr.(a)._____, especialidade técnica _____, esteve presente no local das obras, objeto da Concorrência Pública nº 11/2024, e as vistoriaram tendo pleno conhecimento dos serviços/obras a serem executados, todas informações necessárias à boa e adequada execução do objeto da licitação, bem como, das eventuais dificuldades que poderão ocorrer no transcurso da realização dos mesmos.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

Cidade, ----- data: -----

Engenheiro do MUNICÍPIO – CREA nº _____

Licitante: Responsável Técnico – CREA nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente instrumento, DECLARO que a empresa _____, tem plenos conhecimentos das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, objeto da Concorrência Pública nº 11/2024, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará tal situação para quaisquer questionamentos futuros quanto a não visitação antecipada.

Cidade, ----- data: -----

Assinatura do Titular Legal da firma
Nome e Função



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

A N E X O XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBEMPREITADA

A _____ (razão social da proponente), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, interessada em participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024, DECLARA sob as penas da Lei que todo e qualquer contrato de subempreitada relacionada com a obra será previamente submetido à prefeitura que, por sua vez, estudará o interesse e conveniência dessa subempreitada e se concordar deverá dar anuência expressa.

_____, _____ de _____ de 2024.

Representante
Legal a Empresa
(Assinatura/Nome/
RG/CPF)

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO XIV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024

CARTA PROPOSTA (valor global extraído da planilha orçamentária)

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

e-mail: _____

Apresentamos nossa proposta para realização dos serviços abaixo especificados:

OBJETO: contratação de empresa execução de obra, **sob o regime de empreitada por preço global**, para construção do Centro de Diagnóstico por Imagem de Morrinhos-Goiás (CEDIM), com a seguinte localização geográfica: 17° 73' 06" Latitude Sul e 49° 11' 96" Longitude Oeste, nesta cidade. Valor total da Proposta: R\$ _____.(_____).

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 90 dias.

Local e data

**Nome e assinatura do
Representante da empresa
com carimbo**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

ANEXO XV

MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA Nº /2024 REF.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2024

Contrato de Empreitada que, entre si, fazem, de um lado, como contratante, o Município de Morrinhos, devidamente representado por seu Gestor, Sr. Paulo Garcia de Freitas e, de outro lado, como contratada, a empresa _____, na forma e condições seguintes:

DAS PARTES:

É Contratante o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRINHOS - GO**, com sede na Rua 214, SN, Praça Nego Romano, Setor Aeroporto, na cidade Morrinhos, Estado de Goiás, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.870.726/0001-00, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Paulo Garcia de Freitas, brasileiro, casado, Gestor Público, bacharel em direito, portador da C.I. nº [REDACTED] – SPTC-GO e do CPF(MF) nº [REDACTED] residente e domiciliado em Morrinhos, Goiás, na Rua Tiradentes, nº 269, Centro. (Emenda Impositiva nº 043, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054 e 055/2024).

É contratada a empresa -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL

O objeto do presente contrato é a execução de obra, **sob o regime de empreitada por preço global**, para construção do Centro de Diagnóstico por Imagem de Morrinhos-Goiás (CEDIM), com a seguinte localização geográfica: 17º 73' 06" Latitude Sul e 49º 11' 96" Longitude Oeste, nesta cidade, cujo local foi inspecionado, previamente, pela CONTRATADA que examinou detalhadamente o projeto, memorial descritivo, as especificações, toda a Documentação da Licitação respectiva, e que se declara em condições de executar os serviços em estreita observância com o indicado no projeto, memorial descritivo, nas especificações e na documentação levada a efeito pela Licitação através do Edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 11/2024**, devidamente homologada pela CONTRATANTE. (Recurso Próprio e Emenda Impositiva Municipal nº 043, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054 e 055/2024).

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Edital da Licitação;

Estudo Técnico Preliminar

O Projeto Básico;

A Proposta do contratado;

Projetos;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

O regime de execução é o de empreitada por preço global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de dias do contrato será de 210 (duzentos e dez) dias, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R\$ _____ (_____), a ser pago conforme as medições realizadas, daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

Parágrafo Único

O pagamento da importância contida nesta cláusula correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes:

R\$ _____ (_____); função 10, subfunção 301, programa 0090, projeto 1800, elemento de despesa 4.4.90.51.00-102;

R\$ _____ (_____); função 10, subfunção 302, programa 0090, projeto 3751, elemento de despesa 4.4.90.51.00-102.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

CLÁUSULA SÉTIMA **REAJUSTE (art. 92, V)**

O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no GOINFRA sem desoneração do mês de agosto do ano de 2024.

O preço inicialmente contratado permanecerá fixo e irrevogável até o advento do termo final do prazo de vigência do contrato, sendo que se por acordo das partes o contrato for prorrogado a correção monetária deverá ser feita, pelo INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), somente após 12 (doze) meses da assinatura do ajuste contratual.

CLÁUSULA OITAVA **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 05 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dias úteis.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objetado contrato. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-la na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo como

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo como Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou daga-rantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Quando não for possível a verificação da regularidade Certificado de Registro Cadastral – CRC, fornecido pela Prefeitura Municipal de Morrinhos-GO, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir sua utilização ou reciclagem futura.
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Será exigida a garantia contratual da execução, nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

- (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás

Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

- (a) para atraso de 1 a 5 dias multa de 1%
- (b) para atraso de 5 a 10 dias multa de 2%
- (c) para atraso de 10 a 15 dias multa de 3%
- (d) para atraso de 15 a 20 dias multa de 4%
- (e) para atraso de 20 a 30 dias multa de 5%

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FISCALIZAÇÃO

A gestão do contrato ficará a cargo do servidor **HUGO HENRIQUE NUNES, matrícula 6315, Assessor de Planejamento e Coordenação**. A fiscalização dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE, através de profissionais qualificados a serem designados pela mesma, os quais poderão realizar inspeções do objeto deste Contrato, e a CONTRATADA com obrigação de oferecer todas as condições favoráveis à efetivação de qualquer providência. **Engenheira Civil responsável pela fiscalização da obra: RENATA AMARAL TRONCOSO CHAVES, CREA 11921/D GO, CPF: 713.851.001-25**. Responsável pela fiscalização administrativa do contrato é a servidora **SIRLEI CRISTINA ALVES PAULINO, matrícula 7137, Assessor III**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS

Estado de Goiás
Rua Senador Hermenegildo, nº 160, Centro
CEP. 75.650-000 – Fone (64) 3417-2170

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente instrumento se acha vinculado, para todos os efeitos legais, aos termos do Edital de Concorrência Pública nº 11/2024, referente ao Processo nº 2024028698, cuja abertura foi dia XXXXX, e homologação dia XXXXXX, cotação nº 107844, requisição nº 106922024/106642024 e ficha nº 20240536/ 20241117.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Morrinhos-GO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termode Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme. art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a CONTRADA, de forma alguma, sem anuência da CONTRATANTE, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e do contrato;

Morrinhos, ____ de _____ de 2024.

PAULO GARCIA DE FREITAS
=Secretário Municipal de Saúde=

=EMPRESA CONTRATADA=

TESTEMUNHAS:

1ª) _____
CPF Nº: _____

2ª) _____
CPF Nº: _____